

Bancos que canalizaram os recursos :

① In fase inicial - Franco-Portuguesa, maioria BNU, com o/empresas

② In fase de ^{ampliação} grande intensificação :

- Franco-Portuguesa, Trabalhador e BNU (acionista) e BPA. BPA e/longo prazo no Portugal, junto de bancos frances
- Agricultura : através de ligações e bancos locais, gradualmente expansão
- a partir de 66 - Sotomayor, através de acordos e Credit Commercial de France

③ mais recentemente :

- BPA soube de Franco-Portuguesa (afirmação de cheques feitos 12000 e) e isso - Trabalhador e/ Bancos do Brasil. Depois, obter autorização para se instalar em França, devendo abrir brevemente sucursal em Paris, e vários outros.
- Franco-Portuguesa : BNU vende - Bulbois - maioria, ficando apenas e/ 33%. Além de BNU, trabalha atualmente e/ E. Santos, Bureau - Totta. (Sede + 1 agência e/ países)
- Agricultura - mantém o mesmo sistema
- Sotomayor abriu sucursal em Paris.

Captação

- Fundamental : as redes de prospectores. ~~Essa~~ essencialmente os "agentes" de conexão entre os bancos portugueses para canalizarem para eles as transações. A sua ação foi particularmente "forte" ao popularizar o sistema de cheques : em necessário assegurar que o emissor de cheques dirigidos a cheque para o respectivo banco e não para outro. O BNU foi sempre relativamente "apático"

no Portugal :
feitos, etc



bancas e sua "força" no resto do de ações em todo o país. O BPA foi de mais agressivo neste campo, bem como o B.A. (propriedade + influência)

Outra forma de ação: os "corros-bancos" que se instalaram no interior nos bairros.

Em resumo: os empréstos foram os "bombardamentos" por aqueles que se disputam as suas pontagens.

Essencial do "região" de transferências

- para as bancas portuguesas: o aumento de depósitos, foram especialmente os aumentos de depósitos p. este via os casos de BPA e do B.A.
- p: os bancos franceses e/ acordos e/ bancos portugueses ~~estabelecidos~~ e, sobretudo, para a franco-portuguesa: a transferência direta e/ formas lucrativa; o sistema de cheques permitiu, até o cheque ser depositado em Portugal (o q/ pode levar algum tempo: até os empréstos quando os e acabam por se os transferir os fundos), aplicar o dinheiro depositado no mercado monetário a 24 horas.

Mecanismos-base de Transferência

Transferência direta (simplificada):

- empréstos de depósito os francos que podem e pode p: serem transferidos p: conta X em Portugal.
- banco em Fr. transferir francos p: banco português (conta X) (de facto B.F. crédito, B.P., ~~B.F.~~ B.F. e/ B.F.).
- banco português a receber francos vende-os ao B. português e recebe o s/ em valor em escudos, creditando por até a conta X.
- facilidade do empréstos vai levantar à conta X. (ou empréstos p/ repassar).

SN - pader importanta

- politica de "ajustare" intru de securu eu lara
scale = eupa de luy. frax, amonitioe acalera.
- emfrazentul si riza, cf. si lucru paratitid jeb. ESTH
(plu: stims Cortis)
- F. Dixe d'acord dea orientare -> baxu frax mizidat.
peris, p'elural nu amonitioe
- SN nu e l'ora = frax = plu, fraxioe = de amonitioe
keris, amonitioe = 1 infere fraxioe
- Teix l'ura, eu 65 -> forte amonitioe de fraxioe.
- amonitioe, lucru, eu. fraxioe / t

46%	67
74%	67

A jeso. unidit de vult

→ - Auto fraxioe global () ten sub bax amonitioe, man
am, si riza de 50% d' capital social
in ult. amonitioe 59, 65, 71% (eu 73 exatere = cf. vult)
si eu fraxioe
cf. amonitioe 27%, 28%, 31%.

~~Comunitate~~ amonitioe fraxioe acalera,
comunitate p'ate fraxioe d'
acalera d' SN.

- Realitate social, amonitioe nu protejida, si
providute mpatie:

A mpatie de
3 mpatie de vult
si eu 67

A comunitate tranzitie p' amonitioe d'
SN acalera p' potenze lu sub realitate
eu seu p'ate.

- Realitate vult, amonitioe vult, fraxioe superioe
in amonitioe 65-70 ai vult. amonitioe
= mpatie 3
in p'ate 20 vult d' amonitioe

2000
1000
1000

de se admitir que os criterios prioritarios a crises de
emprego e o aproveitamento maximo de recursos nacionais,
cri-se se oficial justificar o investimento de mais de
20 milhoes de contos (aqui que fosse possível obter-se mais
de equilíbriamento externos) num empreendimento que criaria apenas
uns 4 milhoes de ~~emprego~~ postos de Trabalho, exportando
(para onde?) grande parte de produtos e de emprego indirecto,
tanto de importar enormes quantidades de matérias-primas.

Isolamento de diversos em conta que um nível equivalente de abertura
da necessidade de aço forte, ~~provavelmente~~ ^{provavelmente} se obtida com
uma unidade representando um investimento entre 1/4 e 1/3
do anterior, aproveitando ao maximo as reservas de ferro
nacionais (combinações pirites-adios - pellets - procedidos -
minio-siderurgia), e fabricando produtos ^{placas} impulsioneiros de
máquinas fortemente usadas de empregos crescentes nas metal-
mecânicas e a construção naval. Mas é claro que um
plano assente nessa alternativa, que implica uma
articulação minas-sector adobeiro-refinaria-siderurgia,
sem impedimento deixando cada um destes sectores entregue
à sua lógica de desenvolvimento capitalista. Só o
domínio pelo Estado desse conjunto de indústrias básicas
poderá permitir a melhor orientação das respectivas
investimentos. Por isso mesmo, aliás, nos países
tes, desde logo, parece ser o plano de "Plano side-
rurgico" isoladamente.

Tendo este esforço de imaginação uma substancial
alteração, ou constituiria ele uma etapa decisiva ao
poder capitalista em Portugal? Certamente que não;
já se sabem quais são os limites que tem todo esse
este tipo. Mas se a intervenção do Estado não servir

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SECTOR PRIVADO

O Decreto-lei nº 660/74 que prevê a possibilidade de intervenções do Estado em "empresas privadas, individuais ou colectivas", que nos funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País e para a satisfação dos interesses superiores da colectividade nacional" constitui, sem dúvida de dúvida, o mais importante diploma publicado desde o 25 de Abril em matéria do enquadramento legal das relações entre o "poder político" e o "poder económico" (~~estudo~~ ^{a par} da Instituição de delegados do Banco de Portugal junto do Banco privado). Trata-se de um instrumento de enorme amplitude, dada a variedade de situações que autorizam aquela intervenção, e bem assim a escala de "intensidades" de intervenções previstas, que podem ir até à nacionalização, em determinados casos. Para se ter uma ideia dessa amplitude, podem dizer-se que ^{pretende-se} aplicar este decreto à conduta das empresas num período relativamente próximo, seizem por certo muitos milhares as que se veriam por ele abrangidas. Com efeito, e a título de meros exemplos, basta recordar o "desvio de funds de actividade corrente da empresa" que constituíram as aplicações na especulação bolsista, o "emprego injustificado de despesas gerais e de administração" ~~ter~~ frequente que em termos reais quer artificialmente como método de

→ já que, ^{deixei} admitir que este ~~diploma~~ diploma já se insira
no espírito orientador de seu plano.

fuja do fisco, e, já depois de 25 de Abril, o "encerramento
 ou anulação de despedimentos, total ou de secções específicas
 da empresa, ou despedimentos efectivos ou anulações de
 parte importante do pessoal, sem justa causa".

Nos é fácil comentar este diploma já que, trata-
 -se de um instrumento, e não de uma defeza de
política, ~~se~~ só poder ser julgado através ~~de~~ de
 utilização que dele for feita; um machado não é bom
 ou mau em si: será bom nas mãos de um bombeiro
 ou de um lenhador, será mau nas mãos de um ebrio
 que com ele rasca a cabeça do parcairo. De qualquer
 modo, e isso convém sublinhar, é decididamente ne-
 cessário que tal diploma exista do que não existe: ~~mas~~
 o machado é um progresso em relação às mãos nuas,
 pois permite-lhes fazer coisas antes impossíveis. Mas se
 pode, além disso, deixar de pensar, que a criação deste in-
 strumento legal atira sufficientemente uma intença política
 mas, no conteúdo de qualquer "preâmbulo", em que
 tais intenças constam, mas os meios subtilmente,
 fazer expressar, termos de fazer ~~política~~ pela
 "falsidade" sufficientemente a propósito articulada. E tal fal-
 sidade é, muito simplesmente, aquela que a epa é
 que exprime no tempo um conteúdo intencional, ao dizer
 que "se uma empresa prospera ou vai à falência é
 assunto que se a ele diz respeito." Ora não só não é,
 de facto, caso já um vos países mais visivelmente patri-
 dínio de "intença privada" alguma ou preferir isso enunciar.

8

2 de maio

E é precisamente aqui que nos surge a questão de utilizar
 os ditos instrumentos. Para isso, convém que se recordem
 alguns factos. Deve também ter-se presente a articulação
 que, por certo, se virá a verificar entre as acções
 fundamentadas no decreto-lei em questão e a acção do
 sempre aquardado "holding" do Estado, que será o gestor
 das empresas e \S da participação do Estado.

Assim, o INI espelha-se o IRI italiano, o pri-
 meiro criado em 1941 por Franco, o segundo datado
 de 1933 (Mussolini), tiveram origem semelhante por fazerem
 as vezes durante períodos "críticos", a intervenção
 do Estado em empresas em dificuldades, a que, por razões
 económicas ou técnicas, se reconhece a necessidade de
 "deitar a mão". A este aparelho, que hoje ~~se~~ ^{se situa}
 entre as maiores potências industriais ou respectivas partes,
 foram posteriormente adoptados, ~~em~~ sobretudo em Itália,
 numerosos outros, com funções específicas em determi-
 nados sectores ou campos de acção. Existe, de resto,
 em Itália, um ministério da participação do Estado. Mas,
 intervenções do Estado em empresa privada, sob a for-
 ma de nacionalizações, foram igualmente frequentes e importantes
 em \S países como a França, a Inglaterra e até a
 própria Alemanha federal. Neste último caso, por ser
 o país mais acirradamente "liberal", basta lembrar
~~os~~ os projectos de lei de Fevereiro de 74 que alargam
 muito o âmbito do sistema de "cotas", o que é
 visto pelo Vaticano como uma intervenção directa por
 parte do Estado e um ataque à "propriedade privada"!

→ critério de (e de prioridade) / colectivista das intervenções. Daí que, com a crise, ~~está~~ ^{é natural que} venham a cair no âmbito do secreto ~~ten~~ → ~~em~~ "dispositivos" algumas milhares de empresas, sendo impensável e inviável que o Estado exerça em todos elas o seu direito de intervenção.

Esquema - Lxx

- Introdução
 - ~~o~~ A gestão da crise
 - Aspectos económicos
 - " financeiros
 - " políticos (per-pleição, luta de classes interna)
 - Conclusão (desapo ou catástrofe?)
- filete c/ "opiniões sobre a crise"

UMA ECONOMIA DE GUERRA - em tempo de paz (Contínua)

2
B

→ UMA REVOLUÇÃO SEM AVSTERIDADE?

Passemos em revista alguns factos interessantes.

Em primeiro lugar, creus nos ser capaz de afirmar que, excluídos os desempregados ⁽¹⁾, ~~os~~ ^{os} ~~seus~~ ^{seus} ~~bon~~ ^{bons} ~~portugueses~~ ^{portugueses} que em 1974 ^{se} viram na situação necessitada de "aceitar o cinco", os níveis de vida afectados ao nível ~~de~~ ^{de} seu padrão. Com efeito, as categorias de trabalhadores com mais baixos salários têm tido aumentos que, neste momento, ainda não devem ter sido aborridos na totalidade pela taxa de inflação (embora os salários de certos sectores já não faltar muito). Ora estas categorias, segundo os últimos dados disponíveis, representam mais de 50% dos assalariados não-agrícolas. Os outros dois grupos, por um lado, os detentores de rendimentos de capital ^{e as profissões liberais}, cuja ~~recursos~~ ^{recursos} permitem manter ^{durante longo tempo} um elevado nível de vida, sejam pelas suas circunstâncias; e por outro os quadros médios e superiores, cujos aumentos, na generalidade, têm sido inferiores à taxa de inflação, mas que, normalmente, também dispõem de meios de defesa (p.ex. pequenas poupanças, possibilidades de acumulação, etc.) suficientes para atressar, sem grande massa, situações destas. Quanto à massa intermédia, apesar progressivamente queda que se situa em níveis salariais entre os 5 e os 12 contos/mês, têm havido numerosos assalariados que viram descer o salário real ^(isto é) (descontada a taxa de inflação), mas pode admitir-se que, na maioria dos casos, o simples adiantamento de certas aquisições de bens duráveis têm sido bastante para compensar a manutenção dos padrões habituais de consumo (isto exclui certos comportamentos que serão fáceis de

12

o nível, ~~está~~ ^{é natural que}
empresas, sendo
em todos eles.

(1) Bem como certas categorias de assalariados urbanos ~~que~~ ^{que} privilegiados que emplessem em larga escala os reflectos salariais em actividades de serviços básicos.

classificar como "irracional", mas que se sociologicamente com-
preensíveis: falta de "ordem de prioridades" de consumo, que
faz levar muito a adquirir autovalores quando certas necessi-
dades básicas estiverem longe de se encontrar satisfeitas; em tais
casos, o "apertar o cinto" faz-se sob ^{finalmente} uma sentença, mas uma
necessidade).

Se aumentarmos em que 100 000 desempregados, a uma média
de 4 contos/mês, representam 400 000 contos/mês, ^{os quais} ~~os~~ chegam
para pagar 1000 esc de aumento real a 400 000 trabalha-
dores que mantiveram o emprego; e que os restantes aumentos
fazem sob "hipó" pela inflação, pelo recurso a poupanças su-
terneas, pela emissão monetária, etc. Consequentemente como
é que um país que produz menos que em anos ante-
riores pôde não se evitar a "austeridade", como auster,
aumentar ou sensivelmente manter o seu "nivel geral de vida"
(insiste-se, excluindo os desempregados).

Or é evidente que nos há ^{escasos} sistemas verdadeiros, e muito
melhores - se assim se pode dizer - o sistema capitalista, que
pode sobreviver logicamente num sistema destar: diminuição
a poupanças, no acúmulo de capital - ou mesmo, inversamente,
centralizar poupanças para o consumo - , tornando-a de reali-
zas monetárias necessariamente limitadas. O sistema auto-dis-
trói-se, e com isso sopra, naturalmente, crescer um
fator político "estranho", e vir a renovar pela mão
aquela, mais forte, que sempre sobreviveu. Note-se que se
dizer que o sistema "espera" nos há atores a atribuir qual-
quer personalização, qualquer subiectivismo: Trata-se, muito
pelos critérios, ~~de~~ ^{de} necessários objectivos.

O que se deve ser real para demonstrar em que
medida se nos pode falar, ~~em rigor~~ ^{em rigor}, em país-
tal, e até a vontade, de uma verdadeira revolução:
nos há revolução sem uma autêntica ruptura nos comportamentos
partidários, (necessariamente, o de consumo), sem um clima generalizad

energia ^{e do tempo}, pela maior velocidade de circulação; de investimentos, por uma melhor utilização do espaço físico; ~~etc.~~ etc.), nos pode deixar de se considerar uma perfeita aberração, um crime social, o facto de fazermos em qualquer armazém numerosos autocarros que, ainda que por certo em escassa medida, contribuiriam para reforçar e modernizar a frota de transportes electivos. Mas, pergunta-se, é de espantar que, na óptica capitalista, os empresários de Transportes se não mostrem inclinados nas circunstâncias presentes a efectuar o investimento que seria a aquisição de novos autocarros? E qual que estivessem dispostos a esse investimento, tem eles as necessárias disponibilidades financeiras? Ou obtêm créditos? Já têm sido de ordem as bancas ^{para} que dêem prioridade ao crédito a empresas de Transportes electivos? Será possível de esse ordem?

¶ Num país que se alimenta mal, que importe quantidades enormes de produtos alimentares, que nisso esgote uma parte importante dos seus recursos, nos será ^{de um} uma aberração, um crime social, ter um navio de pesca parado durante um mês, com isso reduzindo ainda mais as já escassas disponibilidades alimentares? E, e não se discute. Mas, no quadro das relações de produção existentes, nos tem o ~~o~~ armador todo o "direito" de ter o barco parado, ~~etc.~~ ~~que~~ (ou, o que é o mesmo, de se recusar às sugestões que tentem terminar uma greve), se entender que assim depende melhor as suas forças e o seu negócio? É claro que lhe assiste esse "direito", e a prova é que o Ministério do Trabalho nos teve meios legais para o "convencer".

Enfim, não será outro crime social que ~~em~~ num país que importe ~~etc.~~ grande parte das máquinas e equipamentos industriais de que necessita, ^{em que é baixíssima a produtividade agrícola,} ~~uma~~ grande empresa metalomecânica tenha perdido a seu tempo de produzir coisas úteis, como máquinas agrícolas, que produzir coisas socialmente inúteis, mas mais

lucrativas, como canções militares? ~~Exemplos~~ É que, no momento em que tal necessidade fusse subitamente, tem-se o Estado de ir certamente efectuar investimentos para recondicionar a empresa de novo a uma produção talvez nunca lucrativa, mas em certeza mais útil? Mas, uma vez mais, poder-se-á condicionar o empresário capitalista que, entre dois tipos de produtos escolheu o mais vendível?

Que concluir destes três exemplos, além caso de múltiplos outros, que, dizimamente, se estiverem atentos, passamos diante do mesmo olho? Que, tanto ou mais importante do que o equipamento produtivo de que dispomos (pequenas unidades, tecnologias rudimentares ou ultraperfektas, escassez de qualificações, etc.) é o modo como se utilizam, e como este organiza a produção, ~~os~~ os objectivos que se está dirigindo. Em termos mais próximos, embora fosse ser baixo o nível de forças produtivas, são as relações de produção e de apropriação que nos permitem tirar daquelas a utilidade social. ~~Discurso~~ ^{correspondente} Discursos mesmos que, destruindo essas relações de produção, é muito possível que se verificasse ser espectacular o "rendimento social" que se poderia extrair de tais forças produtivas.

Destruir as actuais relações de produção? Que quer isso dizer? Entre outras coisas, quer dizer: pôr a circular ~~actividades~~ ^{actividades} necessárias para os transportes colectivos em lugar de ser baratas; pôr a pescar todos os meios de pesca disponíveis; produzir sapatos, sapatos, ou outros, não estar presos ao vertical. Bastaria para isso nacionalizar algumas grandes empresas industriais, "quebrar os dentes" aos monopólios? Mas nenhuma das empresas - que nos referimos e (em latência) um grupo monopolista! ^{E, como vimos,} ^{é cada um dos} das empresas actuais dentro do ^{e de lógica} ^{capitalista} ^{em} ^{que} ^{vivemos.} ^{PLANO E REGULACÃO}

Desinuir as relações de produção é uma questão política, mas é económica. Desinuir as relações de produção é, em resumo, o único

projeto evolucionário. Isso, é efetivamente baixo o nível das forças produtivas (assim que os fatos como se sabe), como as condições externas são numerosas - em vários domínios, e é claro que ~~esse~~ ^{esse} projeto suporia a tal mobilização consciente, o tal "ajuste o certo", - a tal unidade de resistência a que já ~~se~~ ^{se} acium os referenciais. Pode dividir-se que o nível de consciência política do mesmo suporia uma tal prova. É tal o problema que costuma ~~ser~~ enunciar-se em termos de estar ou não - perdemos "um orden de dez". De que se nos pode dividir e de que, face ao quadro das possibilidades de início de insustentabilidade de "deixar andar as coisas" independentemente, de essa consciência política generalizada existe (ou se descende rapidamente através do processo de luta de classes) ou, na sua ausência, só se vislumbra ^{a prazo} soluções autoritárias, de direita ou de esquerda. A primeira seria o retardar do processo capitalista - só possível à custa de uma repressão ~~essencialmente~~ ^{necessariamente} violenta - , a segunda seria o diálogo de "perdidos" sob a forma de "esquizofrenia". Este último, assim que condições externas inesperadamente favorecerem a possibilidade subsistir, nos poderia igualmente evitar - repressar, fosse ele mascarado com a "defesa dos trabalhadores". Com efeito, o projeto que se enuncia acima comporta uma fase difícil de desestruturação/estruturação só ultrapassável ~~através~~ através de uma prática levada ao extremo de uma autoridade "democrática de massas", de uma permanente tensão entre forças centralizadoras e descentralizadoras, entre disciplina e mobilidade, entre dirigismo e criatividade. O que é bom diferente do triunfo do centralismo, da disciplina (imposta), do dirigismo (~~de~~ burocrático).

(Que tem tudo isto a ver com o Plano (ainda um problema a ser discutido)?)

É certo que o controle estatal de certos setores é politicamente fundamental, mas a pretensão idealista os Trabalhadores duvidam e entendem que isto só o Plano ^(ou a lei) ~~de~~ força resolve. Este não se fez em reuniões de gabinete ou em assembleias de 10, 20 ou ^{mesmo} 200. Em tais ocasiões poder-se-ia, quando muito, nos fazer medidas que ~~se~~ venham constituir obstáculos ao processo revolucionário. E um radicalismo de cúpulas pode mesmo nos o favorecer.

Por a circular autocrática que está pronta; fazer a um milhão de peças que estão esgotadas no caso; fabricar máquinas agrícolas com ~~outras máquinas que se podem produzir~~ outras máquinas que se podem produzir. Parece tão simples - quando nos se pergunta de - seguir: será rendível? - e, no entanto, é suficiente para se compreender o que é uma revolução. Para se compreender que vivemos um sociedade de desperdício e de irracionalidade. Para compreender o que poderia ser uma "economia de guerra" voluntariamente assumida.